

Artigo 6.º
Norma revogatória

É revogada a Portaria n.º 55/2002, de 28 de março, do Secretário Regional do Turismo e Cultura.

Artigo 7.º
Entrada em Vigor

A presente portaria entra em vigor no dia da sua publicação.

Assinada a 28 de dezembro de 2015.

O SECRETÁRIO REGIONAL DA ECONOMIA, TURISMO E CULTURA, António Eduardo de Freitas Jesus

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE

Portaria n.º 411/2015

de 30 de dezembro

Aplica e adapta à Região Autónoma da Madeira a Portaria n.º 223/2015, de 27 de julho, alterada pela Portaria n.º 417/2015, de 4 de dezembro, ambas do Ministério da Saúde, regulando o procedimento de pagamento da comparticipação do Estado no preço de venda ao público dos medicamentos dispensados a beneficiários do Serviço Regional de Saúde e de subsistemas públicos que sejam da responsabilidade deste, ou que beneficiem de comparticipação em regime de complementaridade, bem como de pagamento às farmácias da comparticipação do Estado no preço de venda ao público dos medicamentos dispensados aos beneficiários acima indicados

A Portaria n.º 223/2015, de 27 de julho, alterada pela Portaria n.º 417/2015, de 4 de dezembro, ambas do Ministério da Saúde, veio regular o procedimento de pagamento da comparticipação do Estado no preço de venda ao público dos medicamentos dispensados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e de subsistemas públicos que sejam da responsabilidade deste, ou que beneficiem de comparticipação em regime de complementaridade, bem como o pagamento às farmácias da comparticipação do Estado no preço de venda ao público dos medicamentos dispensados aos beneficiários acima indicados.

Neste contexto, impõe-se aplicar e adaptar à Região Autónoma da Madeira o predito diploma legal, definindo igualmente as entidades regionais correspondentes e territorialmente competentes, com vista à sua plena exequibilidade no Sistema Regional de Saúde.

Nestes termos, manda o Governo Regional da Madeira, pelo Secretário Regional da Saúde, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 69.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei n.º 13/91, de 5 de junho, revisto e alterado pelas Leis n.ºs 130/99, de 21 de agosto e n.º 12/2000, de 21 de junho, no artigo 21.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2003/M, de 7 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2008/M, de 23 de junho, e na alínea i) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2015/M, de 19 de agosto, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto e âmbito

- 1 - A presente portaria aplica e adapta à Região Autónoma da Madeira a Portaria n.º 223/2015, de 27 de julho, alterada pela Portaria

n.º 417/2015, de 4 de dezembro, ambas do Ministério da Saúde, regulando o procedimento de pagamento da comparticipação da Região Autónoma da Madeira no preço de venda ao público (PVP) dos medicamentos dispensados a beneficiários do Serviço Regional de Saúde (SRS) e de subsistemas públicos que sejam da responsabilidade do SRS, ou que beneficiem de comparticipação em regime de complementaridade, com as especificidades decorrentes dos artigos seguintes.

- 2 - O pagamento às farmácias da comparticipação da Região Autónoma da Madeira no PVP dos medicamentos dispensados aos beneficiários indicados no número anterior, depende da observância das regras previstas na Portaria n.º 223/2015, de 27 de julho, com as especificidades decorrentes dos artigos seguintes.
- 3 - O procedimento a que se refere a presente portaria pode ser adotado para pagamento de comparticipações de outras prestações de saúde, com as especificidades resultantes deste diploma.

Artigo 2.º
Referências e competências

- 1 - As referências ao Serviço Nacional de Saúde consideram-se reportadas, na Região, ao Serviço Regional de Saúde.
- 2 - As referências feitas, bem como as competências atribuídas, às Administrações Regionais de Saúde (ARS), consideram-se reportadas, na Região, ao Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM).
- 3 - A competência atribuída in fine do artigo 4.º à Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS, I.P.), na portaria ora adaptada, é exercida na Região pelo IASAÚDE, IP-RAM.

Artigo 3.º
Conferência

A conferência de faturas da responsabilidade do IASAÚDE, IP-RAM, é efetuada por intermédio do Centro de Conferências de Faturas, competindo a este Instituto emitir orientações e estabelecer regras no que respeita, designadamente, ao circuito e procedimentos de conferência de faturação das farmácias da Região.

Artigo 4.º
Comissão de Acompanhamento

O acompanhamento de questões que se suscitem no âmbito do processo de faturação e conferência previsto na presente portaria é efetuado pelas comissões paritárias criadas no âmbito dos acordos existentes entre o Serviço Regional de Saúde e as entidades representativas das farmácias.

Artigo 5.º
Instruções gerais e Manual de Relacionamento

- 1 - A aplicação das regras da presente portaria pode ser objeto de instruções a emitir pelo IASAÚDE, IP-RAM., em articulação com as entidades representativas das farmácias, no âmbito dos acordos em vigor com aquelas entidades.

- 2 - No âmbito das obrigações previstas no número anterior é definido um Manual de Relacionamento de Farmácias, a aprovar pelo IASAÚDE, IP-RAM.

Artigo 6.º
Disposição transitória

- 1 - A adaptação às novas regras por parte dos intervenientes no circuito do receituário, na esfera regional, deve realizar-se no prazo máximo de 60 dias, a contar do primeiro dia do mês seguinte após a entrada em vigor da presente portaria, sem prejuízo da necessária articulação com os demais intervenientes nacionais no procedimento.
- 2- Enquanto não se concretizar esta adaptação mantêm-se em vigor as regras atualmente

aplicáveis, designadamente as constantes da Portaria n.º 176/2009, de 31 de dezembro.

Artigo 7.º
Norma revogatória

É revogada a Portaria n.º 176/2009, de 31 de dezembro, da então Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Artigo 8.º
Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional da Saúde, no Funchal, aos 29 dias do mês de dezembro de 2015.

O SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE, EM SUBSTITUIÇÃO,
Rubina Maria Branco Leal Vargas